



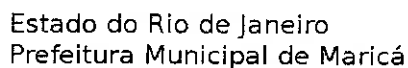
Nº DO PROCESSO	0002599/2024	DATA DE ENTRADA	29/01/2024 13:37:07
SETOR DO USUÁRIO			
COMISSÃO DE LICITAÇÃO			

ASSUNTO
LICITAÇÃO / IMPUGNAÇÃO DE EDITAL
COMPLEMENTO
IMPUGNAÇÃO AO PE 31/2023

REQUERENTE	
GR REPRESENTACOES	
TELEFONE	CORREIO ELETRÔNICO (EMAIL)

[illegible]

USUÁRIO DA CRIAÇÃO DO PROCESSO
107974-JULIANA LOPES DA SILVA--ASSESSOR 3 - AS 3



0002599/2024

29/01/2024 13:37:07

REQUERENTE
GR REPRESENTACOES
ASSUNTO
LICITAÇÃO / IMPUGNAÇÃO DE EDITAL
COMPLEMENTO
IMPUGNAÇÃO AO PE 31/2023

SENHOR PREGOEIRO DO SETOR DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ - RJ

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO nº 31/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO 9182/2023

GR REPRESENTAÇÕES, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 37.197.240/0001-38, com sede na Rua Radamés Lo Sardo, Nº 542, Uberaba-Dist.Indl.3, situada na cidade de Bragança Paulista/SP, representada neste ato por seu representante legal o Sr. Luis Gustavo dos Santos Rios, brasileiro, casado, sócio, portador da Carteira de Identidade RG nº 43982090, Órgão Expedidor/SP e CPF nº 312.911.368-19 residente e domiciliado na cidade de Bragança Paulista/SP, através de seu assistente de licitação vem apresentar, **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL** do Pregão em epígrafe, com fundamento no Artigo 41, § 1º da Lei nº 8.666/1993, pelos motivos de fato e de direito que adiante passa a expor:

DA TEMPESTIVIDADE

Primeiramente, cumpre ressaltar que a presente impugnação é tempestiva, tendo em vista que a legislação estipula, em seu artigo 41, §1º § 1o Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1o do art. 113.”

Desta forma, o prazo encerrar-se-á no dia 31/01/2024 sendo, portanto, tempestiva a presente peça.

DO OBJETO DA LICITAÇÃO

O Pregão em referência tem por objeto “contratação de empresa para prestação de serviços de gerenciamento, execução e manutenção de projetos agrícolas de hortas agroecológicas e aviários em áreas públicas municipal, compreendendo as etapas de implantação e operacionalização vinculados a Secretaria de Agricultura, Pecuária e Pesca do município de Maricá/RJ, conforme especificações e quantidades constantes do Termo de Referência e anexos.”

DOS FATOS

A licitante tem interesse em participar do processo licitatório supramencionado.

Ao adquirir o Edital verificou irregularidades quanto as condições para participação na licitação na **RELAÇÃO DE ITENS**, no **item 1.15 e 4.7**, como se relata:

Descrição Detalhada:

Item 1.15: “PROJETO EXECUTIVO DE SISTEMA DE DRENAGEM E IRRIGACAO PARA IMPLANTACAO DE VIVEIROS DE MUDAS DE ARVORES E HORTAS, ATÉ 20.000M2, APRESENTADO EM AUTOCAD NOS PADROES DA CONTRATANTE - 23.433,34 M² X 4 VEZES POR ANO (4 CICLOS DE CULTURAS)”.

Com relação aos itens acima descritos, foi feito um pedido de esclarecimento no dia 24/01/2024 solicitando informações essenciais que se fazem necessárias para a elaboração da proposta, porém, até o presente momento, sem resposta. Portanto, por se tratar de informações que afetam diretamente a proposta, e que podem prejudicar a participação não só desta, mas de qualquer outra empresa que deseje participar do pregão, a impugnação é necessária. Todo procedimento licitatório deve ser precedido da elaboração de projeto básico ou termo de

referência, sendo designado como o projeto básico o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar obra ou serviço ou complexo de obras ou serviços. É imprescindível à realização de qualquer licitação de obra ou de serviço de engenharia, e deve conter: a) o desenvolvimento da solução escolhida; b) as soluções técnicas globais e localizadas; c) a identificação dos tipos de serviços a executar e de materiais e equipamentos a incorporar à obra; d) de informações que possibilitem o estudo e a dedução de métodos construtivos. Portanto, solicito que a descrição dos itens seja aperfeiçoada, para sanar quaisquer dúvidas que possam surgir, e para estruturar um serviço que atenda bem a requerente, nos termos do artigo 7, IX, incisos A ao F da lei 8666/93. Segue:

Com relação ao **item 4.3 (estufa)** é necessário saber para realização do projeto:

- 1) Modelo da estufa,
- 2) Tamanho da estufa (comprimento, largura e altura, inclusive do pé direito),
- 3) Quantidade e tamanho de blocos da estufa,
- 4) Largura do arco,
- 5) Energia disponível na área (monofásica 110 ou 220V; trifásica 220 ou 380V; ou bifásica),
- 6) Distância da estufa até a casa de bombas,
- 7) Desnível médio entre a estufa e a casa de bombas (utilizado para calcular a força da bomba necessária),
- 8) Localização do quadro de comando,
- 9) Qual sistema de irrigação requerido (gotejamento, aspersão, nebulização, hidroponia, padfan, etc...),
- 10) Qual cultura será cultivada no viveiro,
- 11) Tamanho da área e se há desnível no terreno.

Quanto ao item **1.15 (irrigação)**, é necessário:

- 1) Modelo da estufa,
- 2) Tamanho da estufa, bem como quantidade e tamanho de blocos,
- 3) Energia disponível na área (monofásica 110 ou 220V; trifásica 220 ou 380V; ou bifásica),
- 4) Distância da estufa até a casa de bombas,
- 5) Se há desnível no terreno,
- 6) Tipo de irrigação (gotejamento, aspersão, nebulização, hidroponia, padfan, etc...),
- 7) Qual cultura será cultivada no local,
- 8) Localização do quadro de comando.

Item 4.7:

“TELA SOMBRITE NYLON MONOFILAMENTO 50% - ROLO 3M X 50M OU 150 M²”

Conforme determina a **Lei nº 8.666/93, art. 15, §7º, I** a regra geral veda a indicação de marcas, características ou especificações exclusivas, excepcionando essa regra apenas quando existir justificativa técnica e plausível comprovada nos autos do processo.

Saliento que **SOMBRITE** é marca, portanto, onde se lê “TELA SOMBRITE NYLON MONOFILAMENTO 50% - ROLO 3M X 50M OU 150 M²” deve-se ler “rolo de tela de sombreamento ou monofilamento.

Impossibilitando também todo e qualquer licitante que tenha interesse no item, violando o princípio da imparcialidade e impessoalidade.

DO DIREITO

À Prefeitura do Município MARICÁ-RJ, ao deixar explícito a marca desejada como vencedora, desrespeitou o artigo Art. 15, §7º, I além de violar a Constituição Federal, em seu artigo 37, inciso XXI.

“§7º, I § Nas compras deverão ser observadas, ainda:

I - A especificação completa do bem a ser adquirido sem indicação de marca”

“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. ”

A Administração Pública ao estabelecer no item 4.7 a necessidade de uma marca específica criou condições que implica em preferências em favor de poucos e determinados licitantes, violando assim os princípios da impessoalidade e da moralidade.

O Estado deve dispensar o mesmo tratamento aos seus administrados, sem estabelecer entre eles quaisquer preferências ou privilégios. Conforme ilustra José dos Santos Carvalho Filho, a igualdade:

“Significa que todos os interessados em contratar com a Administração devem competir em igualdade de condições, sem que a nenhum se ofereça vantagem não extensiva a outro. ”

No mesmo sentido, aduz Maria Sylvia Zanella di Pietro:

“O princípio da igualdade constitui um dos alicerces da licitação, na medida em que está visa, não apenas permitir à Administração a escolha da melhor proposta, como também assegurar igualdade de direitos a todos os interessados em contratar. Esse princípio, que hoje está expresso no artigo 37, XXI, da Constituição, veda o estabelecimento de condições que impliquem preferências em favor de determinados em detrimento dos demais”.

Ainda nesta esfera, a falta de informações essenciais dos itens 1.14 e 1.15 pode acarretar vício insanável e por consequência, total anulação do processo licitatório, além de fazer com que os candidatos não concorram em igualdade para prestar os serviços, isso porque não é possível saber com exatidão qual será o objeto a ser contratado, violando os princípios da legalidade, impessoalidade e imparcialidade.

Deste modo, fica claro, que o Edital nº 31/2023 deve ser retificado e trata-se de um poder/dever do administrador público responsável, que deve alterar os itens 1.14, 1.15 e 4.7 por violar normas e princípios licitatórios e constitucionais.

DOS PEDIDOS

Diante de todo o exposto, requer:

1. O conhecimento e acolhimento Impugnação e seu total acolhimento, sendo julgada procedente para então ser retificado a marca que consta no **item 4.7**

2. Ser redigido novamente os itens **1.14 (viveiro)**, **1.15 (irrigação)** e **4.3 (estufa)**, fornecendo o maior número de informações solicitadas possíveis de acordo com a legislação que rege o contrato, nos termos do artigo 7º, I e IX, incisos “A” até “F”, a fim de determinar com precisão qual será o objeto a ser realizado.
3. A determinação da republicação do Edital, com a alteração pleiteada.

Termos em que,
Pede e aguarda deferimento.

Bragança Paulista, 29 de janeiro de 2024.

LUIS GUSTAVO
DOS SANTOS
RIOS:31291136
819

Assinado de forma digital
por LUIS GUSTAVO DOS
SANTOS RIOS:31291136819
Dados: 2024.01.29 16:04:51
-03'00'